

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Edifício Sede do Ministério da Educação, em Brasília, foi aberta a décima segunda sessão ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, com a presença dos seguintes membros e suplentes: Célio da Cunha, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Jane Paiva, Jorge Alexandre Onoda Pessanha, Justina Iva de Araújo Silva, Maria Clara Di Pierro e Neroaldo Pontes e Azevedo. Participaram também da reunião o Professor Timothy Ireland, Diretor do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, que a presidiu, a Professora Maria Margarida Machado, Coordenadora-Geral Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos, a Professora Cláudia Veloso, Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos, o Prof. Tancredo Maia, Coordenador-Geral de Alfabetização, e Andréa Oliveira, assessora do Departamento de Educação de Jovens e Adultos.

Após dar as boas-vindas aos presentes, o Prof. Timothy apresentou a pauta da reunião do dia: discussão sobre o novo mandato da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; apresentação e discussão sobre a proposta do concurso de obras literárias; apresentação e discussão sobre o projeto de educação prisional; informes da Secad; e encaminhamentos. Propondo uma inversão na pauta, o Prof. Timothy sugeriu que a primeira discussão do dia fosse sobre o concurso de obras literárias, cuja proposta passou a ser apresentada pelo Prof. Tancredo Maia. Iniciou a apresentação, informando que está sendo providenciada a contratação de uma consultora exclusivamente para coordenar o projeto de leitura. Lembrou que o projeto de leitura foi inicialmente pensado em três frentes, constituído por uma chamada pública para as editoras, convites a autores consagrados para escolha de textos ou produção de obras específicas, batizado provisoriamente de Cadernos Unesco, e o concurso literário, registrando que a Secad focará suas ações nas duas últimas ações, descartando, neste momento, a chamada para as editoras. Após detalhar a operacionalização das ações, esclareceu que a distribuição se dará em dois eixos. O primeiro alcançará os alfabetizandos em processo de alfabetização, que serão mediados por seus alfabetizadores, por meio de um material de orientação a ser produzido pela Secad. O segundo tratará dos que terminaram o processo de alfabetização, estando ou não matriculados na EJA, numa circulação promovida em parceria com os Correios, no projeto Agentes de Leitura. Enfatizou que ambos os eixos estimulam o entendimento da leitura como um bem social, promovendo a circulação dos livros e não restringindo sua propriedade. A Professora Jane registrou a importância de considerar não somente o texto escrito, mas também o texto em imagem. Com relação aos cadernos, manifestou-se a preocupação com as escolhas feitas pela Secad, visto que dificilmente haverá consenso sobre os títulos, gêneros e autores convidados. O Prof. Tancredo esclareceu que, para isso, a Secad contará com um Conselho Editorial, formado por especialistas na área. O Professor Heleno, a Professora Justina e a Professora Jane ressaltaram o cuidado que se deve ter com a distribuição dos materiais, para que cheguem de fato ao seu destino. Lembraram, inclusive, das auditorias feitas pelo TCU, que vêm detectando problemas na distribuição e no uso de livros distribuídos pelo MEC em seus programas. A Professora Jane sugeriu que na formação continuada dos alfabetizadores seja abordado conteúdo relativo ao livro de literatura que os alunos receberão. O Prof. Tancredo apresentou, ainda, os principais pontos do Edital do Concurso literário e da premiação. A Comissão sugeriu que, além das obras premiadas, fosse concedida menção honrosa a outras obras, que também poderiam ser publicadas e distribuídas pelo MEC. Em seguida, a palavra foi passada a Professora Claudia Veloso, que falou sobre os quatorze finalistas do Prêmio Crer Para Ver, dos quais sete foram premiados. Apresentou também os números do Programa Fazendo Escola,

ressaltando que com a cobrança das equipes coordenadoras, muitos municípios tomaram conhecimento de sua participação no Programa e do crédito na conta corrente. A Professora Maria Clara registrou o grande aumento que se verificou no ensino médio de EJA, como, por exemplo, no Estado de São Paulo, e expressou sua preocupação com o fato de as especificidades dos alunos da EJA não serem consideradas na oferta desta modalidade de ensino. O Professor Timothy, concordando com a relevância do tema, sugeriu levar a discussão para a Câmara Temática de Educação de Jovens e Adultos, da qual é coordenador. Em seguida, passou a discutir a alteração da Comissão, apresentando, inicialmente, as definições estabelecidas no Decreto, na Portaria e no Regimento. Falou da necessidade de rever sua representatividade e ponderou que não deveria haver uma renovação geral, mantendo alguns membros da primeira constituição em nome da memória e da continuidade das atividades da Comissão. A Professora Maria Clara lembrou da demanda explícita dos MOVAs para participar da Comissão. Após discussão, alguns encaminhamentos foram tirados. Houve consenso nos seguintes pontos: manter parte da composição atual da CNAEJA, sem renová-la completamente; incluir um membro representante da SECAD e um representante da SEB; excluir as quatro representações da ABONG na Comissão (foi feita, durante a própria reunião, consulta ao Sergio Haddad, que confirmou uma decisão do Conselho da ABONG de retirar-se de Comissões cujos objetos não sejam a atuação da própria ABONG). Ficou decidido que duas propostas seriam apresentadas, para decisão do Secretário e aprovação do Ministro. A primeira proposta tinha como ponto de partida, para decidir a reconfiguração da Comissão, a avaliação da participação das entidades representadas nos dois primeiros anos da Comissão, com a inclusão de outras representações para os segmentos raça, indígena e gênero. Foram levantadas duas questões: representatividade da RAAAB e do MOVA na Comissão e a manutenção de representante da UNE. A segunda proposta consistia na apresentação, ao Ministro, de uma lista ampla de cerca de 35 instituições/entidades, representativas dos vários segmentos, para as quais seria encaminhada solicitação para indicação de representante. Às treze horas e quinze minutos a reunião foi interrompida, sendo retomada às quatorze horas e trinta minutos com a apresentação das ações relativas à educação prisional desenvolvidas pela SECAD. O Professor Timothy relatou a decisão de rever o Projeto Unesco com recursos do governo japonês e redirecioná-los para o foco em educação prisional, em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Registrou que a primeira ação refere-se a elaboração de um documento gerador, que deverá dar as diretrizes para uma política nacional de educação prisional, culminando com a realização de um Seminário Nacional para discutir o tema até o final de 2006. Esclareceu ainda que nesta etapa diagnóstica foram realizadas visitas nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Sul, Ceará e Goiás, escolhidos porque seus governadores / secretários assumiram compromissos formalmente para com a Década de Alfabetização da Unesco. Em seguida, passou-se a apresentação, pelo consultor do Projeto Unesco, Alexandre, de alguns dados sobre a população prisional e dos principais problemas identificados nos sistemas: a) a maior demanda não é por alfabetização, mas pelas séries iniciais do ensino fundamental; b) falta de formação adequada para os educadores; c) falta de material didático adequado ao público assistido; d) condições precárias de trabalho no que se refere ao espaço físico e às condições de segurança dos professores; e) pouca ou nenhuma comunicação e colaboração entre os diferentes segmentos e esferas governamentais que atuam no sistema; f) dificuldades nas relações entre os professores e os agentes penitenciários; g) problemas de continuidade, com trocas frequentes de professores nas unidades prisionais; h) problemas com a certificação, que traz o “carimbo” do sistema prisional. Foi ressaltada ainda a questão relacionada à remição penal, que requer uma discussão mais aprofundada. Em alguns estados existe a remição penal pelo trabalho, mas não se verifica a aplicação da remição pelo estudo. Como não há lei específica, essa aplicação é subjetiva e depende da interpretação de cada comarca. Foram tiradas algumas recomendações: a) considerar na EJA as especificidades do público atendido; b) criação de redes de formadores; c) criação de redes de gestores; d) implantação de projeto de leitura; e) focalização da faixa etária do público que busca a educação prisional (constituído, em sua maioria, pela população jovem); f) constituir uma proposta pedagógica específica para a população prisional, considerando sua complexidade e especificidade. Aberto o debate, o Professor Timothy ponderou que qualquer ação

do campo de educação prisional deve passar, necessariamente, pela formação do agente penitenciário. O Professor Neroaldo registrou que o Ministério da Justiça tem procurado desenvolver projetos cujo foco é a ocupação da população carcerária. As Secretarias de Educação, por sua vez, têm a educação como foco. Esse projeto deve, portanto, provocar a aproximação dos dois órgãos para a proposição de uma ação conjunta. A Professora Maria Clara questionou sobre o escopo do projeto, se compreende a escolarização e alfabetização como direito de todos ou se pretende construir uma EJA modelada para a educação prisional. Considera que conjugar escolarização com as principais motivações, como fonte de geração de renda e remição de pena, a chance de êxito será maior. A técnica da Unesco, Michele, registrou que, a partir das visitas, haverá a delimitação do escopo do projeto e que isso se dará num processo de construção conjunta. A Comissão, por fim, propôs que o nome do projeto de educação prisional fosse “Educação para a Liberdade”. Agradecendo a apresentação do projeto, o Professor Timothy deu andamento à reunião, passando ao informes das ações desenvolvidas pelo Departamento. Relatou inicialmente as ações voltadas para os pescadores, ressaltando o aprofundamento da parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e a assinatura de um protocolo de intenções. Registrou a elaboração, pela SAPÉ, de uma proposta pedagógica específica para trabalhadores da pesca e a realização de uma oficina, em Brasília, com a participação de representantes de prefeituras, universidades e organizações não governamentais que acumularam experiência no trabalho com este segmento. Falou, em seguida, sobre as publicações e o lançamento dos Volumes 3 e 4 da Coleção Educação para Todos e finalizou, registrando a efetiva participação do MEC na realização do ENEJA, reforçando o convite para que todos os membros da Comissão participassem, pelo menos, de sua abertura. Cumprido o previsto para a sessão, os trabalhos foram encerrados pelo Diretor Timothy Ireland, que agradeceu a presença e a colaboração de todos.

E para constar eu, Andréa Oliveira, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelo Presidente da sessão, e pelos demais membros presentes. Brasília, trinta e um de agosto de dois mil e cinco.

Célio da Cunha

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho

Jane Paiva

Jorge Alexandre Onoda Pessanha

Justina Iva de Araújo Silva

Maria Clara Di Pierro

Neroaldo Pontes e Azevedo

Timothy Ireland

Andréa Oliveira
